

Estado Nacional e Escalas Geográficas: uma abordagem exploratória a partir de Neil Smith*

National State and Geographical Scales: an exploratory approach based on Neil Smith

Estado Nacional y Escalas Geográficas: un enfoque exploratorio desde Neil Smith

Danilo Jorge Vieira**

RESUMO

O presente artigo discute, em caráter exploratório e do ponto de vista estritamente teórico, o conceito de escala geográfica, objetivando sublinhar alguns aspectos relacionados ao papel que o Estado nacional desempenha na configuração de arranjos socioespaciais nas economias capitalistas. Contrapõe, para tanto, duas abordagens distintas, mas não excludentes: uma adota enfoque meramente “perspectivista”, e outra, baseada principalmente em contribuições originais de Neil Smith, enfatiza a dimensão escalar do processo de acumulação de capital. Conclui que esta última forma de tratamento do conceito de escala espacial propicia uma direção analítica mais compreensiva que a primeira a respeito da complexa espacialidade das economias capitalistas, permitindo elucidar muitas das questões referentes aos intrincados fatores que condicionam a constante redefinição escalar do Estado nacional moderno.

Palavras-chave: Escala geográfica. Espaço. Estado. Teoria socioespacial. Produção do espaço.

ABSTRACT

This article discusses the concept of geographical scale, through an exploratory and strictly theoretical approach. The aim is to highlight some aspects related to the nation state role in the configuration of socio-spatial arrangements at capitalist economies. The text confronts two different, but non-excludable approaches: one is merely “perspectival” and another, based primarily on original contributions from Neil Smith, emphasizes the spatial dimension of the capital accumulation process. The paper concludes that the latter provides a more

* Esta é uma versão modificada de artigo apresentado no XV Encontro Nacional de Economia Política, promovido pela Sociedade Brasileira de Economia Política, em junho de 2010, em São Luís (MA). Agradeço os comentários do parecerista anônimo, que muito valorizaram as ideias aqui expostas, preenchendo lacunas do texto original, embora as insuficiências remanescentes sejam, evidentemente, de minha inteira responsabilidade.

** Diretor de comunicação integrada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e doutor em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: danilojorgevieira@gmail.com

Artigo recebido em agosto/2012 e aceito para publicação em novembro/2012.

comprehensive analytical perspective on the complex spatiality of capitalist economies. It allows to elucidate many of the issues related to the constant scalar redefinition of the modern nation state.

Keywords: Geographical scale. Space. State. Sociospatial theory. Production of space.

RESUMEN

En este trabajo se analiza, en un estudio exploratorio y estrictamente teórico, el concepto de escala geográfica, con el objetivo de subrayar algunos aspectos relacionados con el papel que el Estado desempeña en la configuración de arreglos socioespaciales de las economías capitalistas nacionales. Con este propósito, el análisis contrasta dos enfoques distintos, pero no excluyentes: uno adopta el enfoque meramente “perspectivista”, y otro, basado principalmente en las contribuciones originales de Neil Smith, hace hincapié en la dimensión escalar del proceso de acumulación de capital. El artículo concluye que la última forma de tratamiento del concepto de escala espacial proporciona una orientación analítica más completa que la primera sobre la espacialidad compleja de las economías capitalistas, lo que permite aclarar muchas de las cuestiones relacionadas a los complejos factores que influyen en la constante redefinición de la escala del moderno Estado-nación.

Palabras clave: Escala geográfica. Espacio. Estado. Teoría socioespacial. Producción del espacio.

INTRODUÇÃO

Desde a formulação de Henri Lefebvre sobre a produção social do espaço, e em adição ao aprofundamento da mundialização dos fluxos de capitais e de bens e serviços, que evanesceu progressivamente os estados nacionais, uma extensa reflexão teórica buscou dar contornos mais definitivos ao conceito de escala geográfica, de modo a propiciar um instrumental metodológico apto a melhor compreender a dinâmica e a complexa espacialidade do capitalismo em sua etapa contemporânea. Se é possível afirmar que grande parte dos estudos do campo crítico confluiu no sentido de sustentar a visão de que, assim como o espaço *lefebvriano*, a escala geográfica é uma construção social, também pode ser dito que os principais trabalhos empreendidos na área estão longe de encetar um consenso a respeito de diversos aspectos relacionados à escala geográfica, deixando, como saldo remanescente, diversas questões ainda em aberto.

As discordâncias surgem, inicialmente, da própria tentativa de fixar um conceito abrangentemente aceito de escala geográfica, com o que o emprego desta categoria na análise dos fenômenos socioespaciais se dá por intermédio da adoção de variados pontos de vista, alguns deles muitas vezes enfatizando abordagens meramente perspectivistas, conforme chamou a atenção Vainer (2006, p.12-13), pelas quais a escala geográfica é apenas um ponto de observação daqueles fenômenos socioespaciais em foco. Nas palavras de Delaney e Leitner (1997, p.94-95), “‘escala’, então, não é simplesmente um fato externo à espera de descoberta, mas uma *forma de enquadrar as concepções da realidade*” (grifo do autor).

Emerge, assim, um quadro de “concepção caótica” (MARTSON; JONES III; WOODWARD, 2005, p.416), em que alguns autores chegam mesmo a defender proposições que apontam no sentido de anuviar a importância do desenvolvimento de uma conceituação para as escalas geográficas,¹ obscurecendo, com tal postura, o debate espacial contemporâneo, cuja banalização foi corretamente imputada por Smith (2002) à debilidade da construção de uma teoria explicativa da escala geográfica. Ademais, a proeminência da noção perspectivista no âmbito dos estudos, embora ressaltando com razão o caráter multiescalar dos fenômenos sociais, redundando numa inescapável proposição vaga e incerta, especificamente num indeterminismo no que diz respeito ao necessário reconhecimento do conteúdo qualitativo diferenciado de cada escala, por meio do qual as mesmas são ordenadas hierarquicamente. O problema derivado desse tratamento indefinido é que, a despeito da aceitação das hierarquias, as escalas, a rigor, são equalizadas, tornando-se, em verdade e em grande medida, indistintas entre si, fazendo convergir, ainda que implicitamente, essa visão crítica e as vertentes mais convencionais, para as quais as escalas geográficas são, como o espaço, homogêneas e não problemáticas (SMITH, 2002).

¹ Thrift (1995, *apud* MARTSON; JONES II; WOODWARD, 2005, p.416) sustenta, por exemplo, que “não existe tal coisa como uma escala”. O citado estudo desses três autores é emblemático nesse aspecto, ao trilhar uma proposição teórica que visa “eliminar a escala como um conceito na geografia humana”, estabelecendo, em contrapartida, “uma ontologia diferente”, em que a escala torna-se um conceito desnecessário.

Para clarificar essa ideia, vale a pena recorrer a duas intervenções recentes bastante oportunas no debate acerca das escalas geográficas. Partindo de uma acurada leitura crítica das abordagens regionais dominantes, Fernández ([2009]) argumenta a favor da retomada da importância da escala nacional (corporificada no Estado nacional), ao mesmo tempo em que aponta o caráter trans e multiescalar dos fenômenos sociais no capitalismo, mas ressalva, por conta disso, no comentado problema do indeterminismo, à medida que defende a necessidade de fortalecer, concomitantemente, as demais escalas, de modo a estabelecer um arranjo que permita a mobilização simultânea das mesmas num quadro de poderes equipotentes, combinando, assim, ações mais centralmente comandadas (*top-down*) com aquelas implementadas autonomamente de forma descentralizada (*bottom-up*):

um primeiro aspecto a ressaltar é a necessidade de assumir a perspectiva transescalar para envolver a escala nacional, evitando reutilizar as representações escalares sob as mesmas limitações que afetam os regionalistas-localistas, quer dizer evitando entender ‘o nacional’ como uma instância fechada e auto-reprodutiva. Uma estratégia transescalarmente articulada a partir da qual se fortaleçam mutuamente os processos ‘bottom-up’, que assegurem uma alta implicação regional na instância e redes nacionais e supranacionais, com aqueles de ‘top-down’ (FERNÁNDEZ, [2009]).

O citado trabalho de Vainer (2006), em que é apresentada uma original tentativa de extrair a “noção escalar” que permeia o debate sobre a questão nacional no campo marxista, insiste no mesmo diapasão, não obstante a clara percepção de que a indeterminação impede a formulação de uma teoria abrangente,

rejeitando a possibilidade de que qualquer estratégia efetivamente transformadora se inscreva numa única e privilegiada escala – local, regional, nacional ou global –, a conclusão sugere que *o poder, mais do que nunca, não está nem no local nem no regional, nem no nacional nem no global... mas na capacidade de articular escalas, de analisar e intervir de modo transescalar* (VAINER, 2006, p.9, grifo do autor).

O propósito deste texto é defender o ponto de vista de que, embora os fenômenos socioespaciais no capitalismo não estejam confinados na estreiteza de uma única escala, mas, ao contrário, transbordem e envolvam diversos planos geográficos ao mesmo tempo, a escala nacional emerge como ponto fundamental elementar, impondo a sua primazia sobre as demais, ainda que em determinados momentos históricos sua demarcada superioridade hierárquica possa estar – de modo aparente e transitório – dissipada. Assim, espera-se contribuir na discussão de algumas lacunas teóricas que persistem nas pesquisas envolvendo a temática em referência, particularmente aquelas questões relacionadas ao papel e às formas de organização espacial do poder exercido pelo Estado nacional capitalista, como acentuou Brenner (2009), ao elencar alguns pontos cruciais em aberto a serem necessariamente enfrentados em estudos futuros, cabendo mencionar os seguintes: a) como e por que o poder do

Estado constituído espacialmente é ainda moderno? b) quais as formas concretas que a constituição espacial da soberania assume? c) como e por que tem as formas espaciais do Estado evoluído ao longo do tempo? d) como e por que essas formas variam de acordo com os contextos e as escalas?

É necessário advertir, desde já, que não é pretensão deste trabalho responder tais questões, mas apenas indicar alguns caminhos metodológicos possíveis, utilizando basicamente, e de forma exploratória, a abordagem feita por Neil Smith em diversos trabalhos, especificamente a sua ideia de que as escalas geográficas são construídas por intermédio de um par dialético indissociável e característico do capitalismo: a cooperação e a competição estabelecida pelos capitais em concorrência permanente e inelutável. Outro esclarecimento deve ser feito sobre o escopo do texto, que é estritamente teórico, desprovido de fundamentação empírica direta, numa aproximação hipotético-dedutiva, que parte de um trabalho lógico relacionando postulados e conceitos existentes na literatura sobre o tema em referência. O documento está organizado em duas seções, além desta introdução e das considerações apresentadas ao final. A seguir, é discutido um conceito mais geral de escala geográfica, do qual deriva aquilo que se pode qualificar de abordagem perspectivista, uma vez que, como ficará claro, lança mão desta categoria analítica apenas como instrumento metodológico de observação dos fenômenos sociais no espaço. A outra seção busca sistematizar a visão desenvolvida por Neil Smith.

1 A ESCALA GEOGRÁFICA NUMA ABORDAGEM PERSPECTIVISTA

A melhor compreensão da abordagem perspectivista exige, previamente, uma breve delimitação do conceito de escala espacial, que pode ser agrupado, grosso modo, em dois tipos básicos: um se restringe ao caráter meramente dimensional, enquanto o outro está referenciado ao seu aspecto fenomenal. Um comentário inicial a ser feito é que esses tratamentos conceituais não são considerados excludentes entre si, mas apenas distintos, propiciando abordagens e percepções analíticas diferentes do espaço (CORRÊA, 2003). A fim de explicar melhor o argumento, cabe recorrer à elaboração feita por Castro (1995) a respeito da problemática escalar. O ponto de partida é a confrontação dos significados subjacentes aos conceitos antes expostos. O primeiro deles é banal e equivale a um recurso matemático usual da cartografia, relacionando as medidas do objeto real (o espaço) com as de sua representação gráfica (o mapa). O segundo é bem mais complexo, porque tem como fundamento a ideia de que o espaço é socialmente construído e, portanto, assume que a escala é igualmente produzida por fenômenos socioespaciais. Fica evidente, assim, que o primeiro conceito dimensional é o da escala cartográfica, enquanto o fenomenal é o da escala geográfica.

Essa tipologia pode ser melhor sintetizada da seguinte forma: a escala cartográfica é um ponto de observação do espaço banal e está reduzida a uma mera questão de tamanho, promovendo a equivalência entre o espaço socialmente construído e o mapa, que é apenas o espaço geométrico. A escala geográfica,

por outro lado, é problemática e complexa em essência, sendo o ponto de observação do espaço social: o lugar, a região, a nação, o mundo. Aplica-se, portanto, “ao modo de existência espacial da sociedade” (CASTRO, 1995, p.125). Deve ser observado, mais uma vez, que ambas as abordagens não são consideradas antagônicas e, muito menos, excludentes, embora sejam demarcadamente contrastantes.

[A escala cartográfica alude a] uma progressão linear de aproximação, uma régua de valores crescentes e proporcionais, como num termômetro, num barômetro, etc. Embora estas acepções sejam necessárias e adequadas aos problemas aos quais elas se propõem mensurar, a complexidade do espaço geográfico e as diferentes dimensões e medidas dos fenômenos sócio-espaciais exigem maior nível de abstração (CASTRO, 1995, p.119).

No entanto, ainda que admita a necessidade de “maior abstração” para lidar com os complexos aspectos envolvidos na espacialidade de fenômenos sociais, a geografia crítica não abandonou o elemento dimensional, incorporando esse fundamento cartográfico e, ao mesmo tempo, buscando na tradição das ciências naturais os argumentos necessários para defender o ponto de vista de que o tamanho da escala interessa.

As descobertas da microfísica e da microbiologia colocaram em evidência que na relação entre fenômeno e tamanho não se transferem leis de um tamanho a outro sem problemas, e isto é válido para qualquer disciplina. (CASTRO, 1995, p.118).

Sob tal prisma interpretativo, os fenômenos sociais, que se desdobram por múltiplas escalas espaciais, apresentam características específicas e diferenciadas em cada uma delas. Algumas outras visões confluentes arroladas por Castro (1995) podem ser aqui evocadas com o intuito de explicitar melhor esse entendimento:

diferenças de tamanho de superfície implicavam em diferenças quantitativas e qualitativas dos fenômenos (LACOSTE, 1976, *apud* CASTRO, 1995, p.121).

os objetos à escala atômica [...] tinham um comportamento muito diferenciado daquele dos objetos que nós experimentamos na escala microscópica (LEVY-LEBLOND, 1991, *apud* CASTRO, 1995, p.131-132).

representações em diferentes escalas são diversos quadros visuais do mesmo em si (MERLEAU-PONTY, 1964, *apud* CASTRO, 1995, p.132).

um mesmo fenômeno, observado por instrumentos e escalas diferentes, mostrará aspectos diferentes em cada uma (ULLMO, 1969, *apud* CASTRO, 1995, p.131).

Tais diferenciações socioespaciais, vale sublinhar, são produzidas por desenvolvimentos complexos de caráter não apenas multifatorial, como também de natureza incerta e imponderável (SPÓSITO, 2011). Isso porque abrangem desigualdades configuradas no bojo da reprodução ampliada do capital, que mobiliza e organiza a geografia por intermédio de múltiplas interações espaciais e práticas econômicas,

políticas e sociais diversas, engendrando uma crescente e minuciosa divisão social e territorial do trabalho – questões estas tratadas com mais detalhes na próxima seção. Envolve, igualmente, diferenças que derivam de realidades históricas variadas e específicas pertencentes a cada formação e agrupamento socioespacial isoladamente. A conformação dessas mencionadas assimetrias é suscetível de ser observada e assimilada claramente, por exemplo, a partir das distintas escalaridades do capital e do trabalho.²

O capital movimenta-se, por meio das decisões de seus agentes econômicos e políticos, procurando territórios e articulando os pontos das redes [urbanas] e aprofundando as desigualdades das escalas locais às supranacionais. Do mesmo modo, a força de trabalho tem tido que se deslocar em escalas mais abrangentes, em busca de trabalho, clandestino ou não, colocando em confronto culturas, hábitos e práticas socioespaciais, reveladoras das diferenças entre as suas formações socioespaciais, ou seja, entre suas “histórias” e suas “geografias” (SPÓSITO, 2011, p.32).

São essas variações que cobriam, então, uma abordagem analítica que permitisse visualizar os fenômenos e os objetos em causa desde diferentes escalas, possibilitando transportá-los de uma para outra escala, a fim de apreender seus aspectos cambiantes em cada uma delas, conforme anotaram Chueca, Zotano e Sala (2008, p.230):

nem tudo que é válido ou relevante a uma escala tem o seu equivalente em outra escala, mas o simples fato de interpretar os resultados de um estudo com sua escala própria desde outra mais global ou mais detalhada supõe um exercício crítico que enriquece a compreensão. Assim, uma agilidade conceitual que permita o salto e a extrapolação desde uma a outra escala é uma boa premissa para o aprofundamento criativo nos conteúdos, as dinâmicas e os valores da paisagem.

À luz dessas considerações preliminares, é preciso sublinhar três pressupostos centrais sustentados por Castro (1995) a partir de sua síntese de importantes estudos no campo da geografia crítica: a) não há escala mais ou menos válida, pois a realidade (os fenômenos socioespaciais) está contida em todas elas; b) a escala da percepção é sempre ao nível do fenômeno percebido e concebido, e c) a escala não fragmenta o real, apenas permite a sua apreensão. O que deve ser colocado em evidência do exposto nos parágrafos anteriores é que a escala geográfica é mobilizada como um instrumental metodológico de observação de fenômenos socioespaciais. Nessa ótica perspectivista, o entendimento é de que os fenômenos socioespaciais são multi

² De acordo com Corrêa (2011, p.42), o termo “escalaridade” pode ser entendido como “parte integrante da espacialidade humana, a qual, por outro lado, é dotada de uma temporalidade, no bojo da qual se definem e se redefinem as escalas espaciais da ação humana”. Como exemplo ilustrativo, o mencionado autor sustenta que a “globalização é [...] o estágio superior da escalaridade humana, criada por poderosas corporações multifuncionais e multilocais, cujas ações levaram à compressão espaço-temporal em níveis impensáveis há 50 anos”.

e transescalares, podendo ser apreendidos a partir de uma determinada escala, que revelaria especificidades não passíveis de ser constatadas em outra escala. Ou seja: cada escala desnudaria distintos elementos quantitativos e qualitativos dos fenômenos socioespaciais – para usar as já citadas expressões de Lacoste (1976, *apud* Castro, 1995). A despeito dessa diferenciação, uma escala não é considerada superior à outra: são apenas pontos diferentes de observação não hierárquicos.

É importante ter em conta essa concepção perspectivista, porque faz todo sentido considerar a multiescalaridade não hierárquica, sem a prevalência de uma determinada escala sobre as demais, quando se considera a escala geográfica como simples instrumento de observação de fenômenos socioespaciais. A situação se altera substancialmente quando a escala é concebida como a materialidade da geografia do capitalismo, que, contrariamente ao conceito abordado anteriormente, reafirma a hierarquia escalar e, dentro dela, a prevalência da escala nacional, como será discutido na próxima seção, a partir da visão desenvolvida por Neil Smith.

2 A ESCALA ESPACIAL COMO MATERIALIDADE DA GEOGRAFIA DO CAPITALISMO

Entre os muitos conceitos de escala espacial, pelo menos duas breves menções podem ser evocadas aqui para dar os contornos iniciais ao que se entende sobre a “materialidade” geográfica do capitalismo. Brenner³ (2005, *apud* Martson, Jones III e Woodward, 2005, p.416), por exemplo, qualificou escalas espaciais como “andaimes hierárquicos de unidades territoriais”, abrigadas umas nas outras, mas verticalmente ordenadas, desde o global até o corpo. Smith⁴ (2000, *apud* Martson, Jones III e Woodward, 2005, p.416), considerou as escalas, por sua vez, como “plataformas de espaço absoluto em um vasto mar de espaço relacional”.⁵ Esses sintéticos verbetes são suficientes, por ora, para demarcar a diferença crucial em relação à visão perspectivista de escala anteriormente comentada, explicitando uma noção que faz alusão à concretude da “paisagem” do capitalismo e não apenas a um instrumento metodológico de observação de fenômenos socioespaciais.

Antes de avançar na contribuição de Neil Smith, a ser exposta nos próximos parágrafos, é necessário recuperar, seletivamente em linhas panorâmicas, algumas interpretações a respeito do espaço. Mais precisamente, interessa verificar, de forma esquemática e resumida, seguindo a leitura feita pelo referido autor, como essa

³ BRENNER, N. **New state spaces**: urban governance and the rescaling of statehood. Nova York: Oxford University Press, 2005.

⁴ SMITH, N. Scale. In: JOHNSTON, R. J. et al. (Org.). **The dictionary of human geography**. Oxford: Blackwell, 2000. p.724-727.

⁵ Vale observar que, assim como Brenner (2005), Smith (2000) também tem em conta um extenso arranjo escalar. Sua proposição leva em consideração sete escalas: a global, o Estado-Nação, a região, a cidade, a comunidade, o lar e o corpo. Embora sejam qualificadas de lugares, essas três últimas categorias assumem no modelo concebido por Smith “uma caracterização mais sociológica do que geográfica, enquanto as quatro restantes possuem um caráter claramente dependente do território” (FONT; RUI, 2006, p.43).

complexa categoria analítica é tratada pelas vertentes convencional e crítica no debate contemporâneo. A visão dominante considera o espaço de forma não problemática, à medida que não passa de “uma superfície na qual as posições [...] são objetivamente localizadas” (SMITH, 2002, p.135). Aqui, é possível fazer uma conexão com o espaço banal da cartografia, tendo em vista que, para a vertente convencional, os objetos estão dispostos num mapa inerte (espaço geométrico). Trata-se, portanto, de um “espaço-mapa-superfície”: indiferenciado e homogêneo, sendo as discrepâncias espaciais apenas matematicamente fixadas por intermédio de coordenadas cartográficas. É o repositório de “objetos, eventos e relações”, que ocorrem sobre ele, sem nenhuma interação mútua e simultânea (SMITH, 2002, p.136). Ademais, as disparidades espaciais são observadas como desconexas, arranjadas no mapa, formando um mero mosaico que emerge, em grande medida, das fricções criadas pela distância e dos custos incorridos para sobrepujá-la. Vale notar que essas concepções mais gerais fundamentam as proposições bastante divulgadas da chamada Nova Geografia Econômica (NGE), cujo modelo explicativo das aglomerações espaciais se assenta “em um mundo ‘sem divisões’, um mundo em que os limites nacionais são ignorados e mesmo as regiões econômicas – que tipicamente são áreas com limites indistintos em vez de pontos – são observadas em vez de definidas *ex ante*” (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002, p.335).

Em contraposição, a visão crítica não percebe os objetos e as relações dissociados do espaço, mas, antes de tudo, produzido por eles. Vale dizer, o espaço é construído no âmbito e “como parte das relações sociais” (SMITH, 2002, p.136). Nesses termos, as disparidades regionais, simples mosaico para a vertente convencional,⁶ se vinculam à compreensão do espaço hierarquizado como característica elementar e imanente da organização geográfica do capitalismo. De maneira mais precisa, não existe capitalismo sem o aprofundamento e a metódica ordenação hierárquica do território, com vistas a permitir a reprodução ampliada do sistema, de modo que é inerente ao capitalismo o desenvolvimento geográfico desigual, como sublinhou Lenin (2008, p.61):

o capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável no capitalismo.

⁶ A imagem do mundo organizado à semelhança da forma híbrida e estilhaçada de um mosaico seria, para Smith (1988), uma aproximação da configuração espacial herdada pelo capitalismo: “o espaço geográfico pré-capitalista poderia ser bem descrito como um mosaico – um mosaico de espaços de troca (centros e interior), por exemplo, constituídos por um bem desenvolvido sistema de mercado. Mas, com o desenvolvimento do capitalismo e com o aumento na importância da produção do espaço para a sobrevivência do capitalismo, o produto, assim como o processo, torna-se muito mais sistemático [...] O capital herda um mundo geográfico que já está diferenciado em complexos padrões espaciais. À medida que a paisagem fica sob o domínio do capital [...] estes padrões são agrupados em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais” (SMITH, 1988, p.196).

Com base nessas premissas, deve ser indagado, primeiramente, sobre a correspondente noção de escala geográfica da vertente interpretativa dominante. Tendo como pressuposto básico que o território equivale a um mapa e que as assimetrias espaciais são dadas por coordenadas cartográficas, fica evidente que a visão convencional estende a mesma homogeneidade às escalas geográficas, que se apresentam de forma indiferenciada. É como se o espaço, em verdade, tivesse uma única e contínua escala geográfica, que, a rigor, aparece substituída por simples “ambientes de interação” conexos. “Os locais podem ir de um quarto numa casa, uma esquina entre ruas, a área de trabalho na fábrica, bairros e cidades, as áreas territorialmente demarcadas por Estados-Nações” (GIDDENS, 1999, *apud* SMITH, 2002, p.141).⁷

Cabe, agora, apontar alguns pressupostos centrais que fundamentam a concepção escalar de Neil Smith, para, em seguida, expô-la de maneira mais direta. Esquemáticamente, vale acentuar os seguintes pontos:

- a) a escala geográfica, assim como o espaço, é uma produção social;
- b) os fenômenos socioespaciais são multiescalares;
- c) as escalas geográficas são diferenciadas entre e si e ordenadas hierarquicamente;
- d) as diferenças dão significado distinto às escalas: local, regional, nacional e global;
- e) os significados podem ser coincidentes, mas não idênticos;
- f) os principais determinantes da escala geográfica são os modelos de investimento do capital, que estruturam as relações capital-trabalho, ao mesmo tempo em que forjam as escalas;
- g) a construção da escala espacial se dá mediante a cooperação e a competição estabelecidas, simultaneamente, pelos capitais em rotineira confrontação: por intermédio dessa relação contraditória é conformada a escala nacional, sendo a mesma combinação antagonica reproduzida internamente nos países na construção das escalas inferiores.

Devido à relevância da formulação neilsmithiana, é necessário explorar um pouco mais esse último pressuposto indicado. Uma observação prévia a ser feita é de que a ideia contida no par dialético cooperação-competição está presente em diversos escritos de Neil Smith. No seu principal trabalho, *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*, ela é exposta em poucos parágrafos, mas

⁷ A mesma noção de unidade escalar homogênea pode ser observada nos marcos da Nova Geografia Econômica, a partir da afirmação de Fujita, Krugman e Venables (2002, p.15), de que “a aglomeração – o agrupamento da atividade econômica, criada e sustentada por algum tipo de lógica circular – ocorre em muitos níveis, das regiões comerciais locais que servem as áreas residenciais das proximidades nas cidades, a regiões econômicas especializadas como o Vale do Silício (ou a cidade de Londres) que servem o mercado mundial como um todo”. Como chama a atenção Smith (2002, p.141), “a escala aqui se trivializa num grau notável”.

de forma cristalina.⁸ Acompanha a elaboração feita por Nigel Harris para explicar o surgimento dos estados nacionais, forjados pela emergente classe capitalista a partir da fixação de compromissos cooperativos e concorrenciais, conforme explica Smith em artigo publicado em 1987, juntamente com Ward Dennis, na tradicional revista americana *Economic Geography*.

E o que prediz a noção subjacente naquele par dialético? Deve ser lembrado, em primeiro lugar, que o processo de acumulação de capital, como argumentou Marx (1996, p.245-277), é calcado fundamentalmente na inescapável competição intercapitalista, que se desdobra em efeitos bastante conhecidos em diversos campos: a centralização e concentração dos capitais, redundando no agigantamento das corporações; as mudanças substantivas na composição orgânica do capital, implicando continuada inovação tecnológica; o aumento dos reservatórios de mão de obra, com o que o capital passa a determinar não apenas a demanda, mas também a oferta de força de trabalho e, portanto, o seu preço.

Ocorre que para assegurar as condições apropriadas para a acumulação de capital – e, por conseguinte, para a inelutável concorrência – os capitalistas vão se associar cooperativamente no sentido de requerer a montagem de elementos materiais (infraestruturas econômicas), imateriais (leis trabalhistas, políticas aduaneiras, sistema de crédito, regulamentações da propriedade privada, regime tributário, etc.), além da força policial (para protegê-los contra os trabalhadores) e a armada militar (para protegê-los de outros capitalistas, principalmente os estrangeiros). Há, assim, uma associação cooperativa com vistas a garantir as condições concorrenciais intercapitalistas. É nesses termos que Smith sustenta que o arranjo sistêmico conformado pelo par dialético cooperação-competição atende muito mais o interesse coletivo e difuso do capital enquanto classe do que o interesse capitalista individual.⁹ Por outro lado, tal arranjo sistêmico “político-institucional-militar” vai ser corporificado no Estado nacional, que alcança, com isso, uma perenidade inusitada, na opinião de Smith, preservando-se mesmo sob a pressão de forças que o empurram continuamente para a obsolescência –

⁸ Ver Smith (1988, p.205-206).

⁹ Poulantzas (1986) sublinha essa heterogeneidade dos interesses capitalistas representados no aparelho de Estado e em suas políticas e programas governamentais desenvolvendo o conceito de “bloco no poder”, que alude a uma complexa e contraditória unidade das distintas frações e unidades isoladas do capital, cada qual perseguindo aspirações e objetivos específicos, relacionados à dinâmica de seus próprios negócios individuais, ao setor econômico em que atua, ao seu país de origem, etc. Tais interesses particulares e corporativos, embora possam ser integrados em torno de um interesse mais geral, não são diluídos e podem, como ocorre rotineiramente, colidir uns com os outros. É bem semelhante ao que Cruz (1997, p.27) denomina de “conflito de racionalidades”: “por mais informado que seja um empresário, por exemplo, por convencido que esteja da conveniência de uma determinada política do ponto de vista do capital em geral, ele não deixará de lhe oferecer resistência se com ela o seu setor ou sua empresa forem negativamente afetados. Isto porque o seu destino enquanto empresário não se vincula diretamente ao comportamento da economia como um todo, mas se confunde com a trajetória descrita pela unidade particular de capital que ele encarna. É a esse choque de racionalidades que frequentemente se apela para explicar o timbre antiestatista das ideologias patronais, bem como a oposição renitente dos empresários a muitas medidas que, a médio e longo prazo, se revertem em ganhos indiscutíveis para sua classe”.

ou seja, as forças derivadas de mercados de bens, serviços e dinheiro crescentemente mundializados.¹⁰

Com base nessas considerações prévias, é possível sintetizar, como se segue, a concepção de escala desenvolvida por Neil Smith. A ênfase recai sobre a característica inerente e o papel determinante do processo de acumulação de capital, de construir – em seu bojo e para si – uma hierarquia de escalas geográficas, implicando a emergência de padrões diferenciados de interações espaciais (ou divisão territorial do trabalho) que integra e, ao mesmo tempo, especializa múltiplos territórios. Sob tal perspectiva, transparece o entendimento de que, assim como o espaço, a escala geográfica é uma construção social – ou seja, a escala é observada como uma categoria fenomenal e não meramente dimensional, matemática, recorte gráfico, uma fração do “espaço-mapa-superfície”. Ademais, explicita a multi e transescalaridade dos referidos fenômenos sociais conformadores da geografia – fenômenos socioespaciais – sem, contudo, resvalar na indeterminação quanto aos limites e ao papel político exercido por cada escala específica, tendo em vista que é sublinhada a ordenação fortemente hierarquizada do espaço no capitalismo.

Merece ser melhor qualificado esse papel político das escalas antes referido, pois a ideia subjacente diz respeito a mecanismos extramercados mobilizados na construção e na renovação contínua da funcionalidade das escalas geográficas para a acumulação de capital. Vale dizer: o capital se ampara no explicado par dialético cooperação-competição para construir as múltiplas escalas de operação. Mais claramente, e retomando a discussão feita em parágrafos anteriores, associa-se cooperativamente na montagem dos elementos materiais e imateriais, bem como do poderio policial-militar, a fim de assegurar a extração e apropriação privada do excedente coletivo – consistente com o conhecido princípio de socialização dos custos e privatização dos lucros. Todo esse arranjo “político-institucional-militar”, que remete ao que Harvey (2005a, p.145-150) denominou de “coerência regional estruturada”, tem como âmbito nodal a escala nacional, desnudando, assim, a prevalência dessa escala sobre as demais – incluindo a global, que, mesmo com o aprofundamento da internacionalização e integração dos mercados domésticos na etapa contemporânea do capitalismo, resultando no reconhecido empalidecimento do Estado nacional, não sobrepuja a ascendência daquela escala, uma vez que é ela (a escala nacional) que proporciona ao capital “um território e ao mesmo tempo uma base global

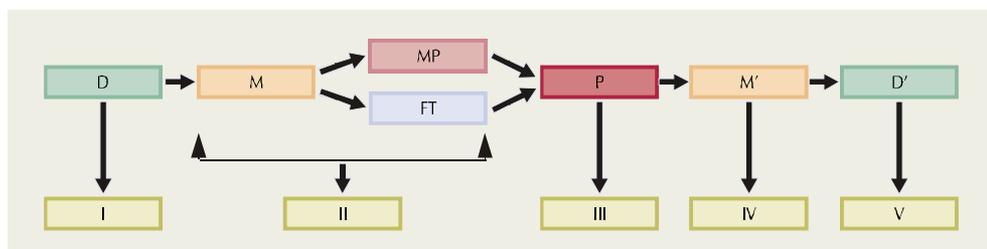
¹⁰ “A coerência política (em oposição à econômica) dos Estados nacionais evidentemente impediu a dissolução dos Estados-nação e da escala nacional de organização; em verdade, pode-se argumentar que em resposta geopolítica à crise econômica e à insegurança, houve uma reafirmação das fronteiras nacionais sob a forma do agitar militarista do sabre, o comércio e as restrições à imigração, bem como o reforço do controle da moeda [...] Em resposta à crise, as fronteiras nacionais economicamente obsoletas foram politicamente fortalecidas no cenário mundial” (SMITH; DENNIS, 1987, p.161). É importante notar que esse aspecto relacionado à persistência da organização dos estados no capitalismo, cujas bases materiais são mundiais e não circunscritas a nenhuma fronteira nacional, é arrolado por Brenner (2009) como um dos temas cruciais ainda a requerer reflexões mais exaustivas na agenda de pesquisa que ele propõe para o avanço dos estudos sobre a escala geográfica, como foi assinalado na parte introdutória deste texto.

(de operação)” (SMITH, 2002, p.143). E é particularmente nos momentos agudos de crise que o papel central desempenhado pela escala nacional é recuperado de forma explícita, como enfatizou Smith (1988, p.206):

quando a desvalorização e a crise surgiram, a divisão do mundo em Nações-Estados provou ser um mecanismo capaz de deslocar os efeitos mais destrutivos da competição do nível econômico da empresa individual para a esfera política do Estado. Os componentes individuais do capital nacional certamente experimentaram surtos de desvalorização mas, na medida em que todo capital nacional é ameaçado na economia mundial, o Estado o defende com todas as forças, utilizando desde as tarifas até os embargos comerciais, desde os tributos até os tanques de guerra (usados tanto “em casa” quanto fora).

Por outra parte, o próprio ciclo de reprodução ampliada do capital permite explicitar a primazia hierárquica da escala nacional sobre as demais, quando observado na sua dimensão espacial.¹¹ A fim de explicar melhor o argumento, o processo de valorização representado na figura 1 foi abstratamente decomposto em cinco etapas distintas.

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO CICLO DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL



FONTE: Elaboração do autor, a partir de Marx (2006)

Pode ser afirmado que as fases II a IV – que contemplam a compra (M) e posterior combinação de força de trabalho (FT) e meios de produção (MP) na fabricação de mercadorias a serem subsequentemente vendidas – compõem uma sequência multiespacial e multiescalar em essência. Isto porque as etapas indicadas envolvem, não raras vezes, filiais e unidades produtivas dispersas em diversas regiões e países diferentes, tendo em vista, sobretudo, a tendência intrínseca e impulsiva do capital à transnacionalização (LENIN, 2008). Assim, mobilizam igualmente fornecedores e prestadores de serviços de várias localidades, longínquas e contíguas, nacionais e estrangeiras. Absorvem também mão de obra, induzindo fluxos migratórios e intermitentes de pessoas de áreas adjacentes e mais distantes. Finalizada a produção (P), as mercadorias (M') são em seguida distribuídas, chegando aos mercados por intermédio de pontos de venda espacialmente ubíquos.

¹¹ Ver Marx (2006, p.39-111), bem como Harvey (1990) e Corrêa (1997).

As duas fases extremas do ciclo (I e V), por sua vez, formam uma unidade superior única, de onde parte o comando sobre os excedentes extraídos e acumulados preteritamente (D) e para onde tornam a refluir em magnitude acrescida (D') ao final do processo de valorização do capital. É o centro de decisão da acumulação capitalista de uma corporação tomada isoladamente que, embora enseje e tenha sob controle numerosas interações espaciais, implicando o domínio sobre múltiplos e diferenciados territórios, ocupa um lugar definido e localizado na paisagem geográfica. E em que escala geográfica opera esse centro de comando de acumulação capitalista? Fundamentalmente na escala nacional, na qual estão contidos os elementos materiais e imateriais determinantes, conformados mediante a relação contraditória cooperação-competição, transformando essa escala nacional na base territorial de onde os capitais sedimentam o avanço sobre o mercado global, de um lado, e ordenam todo o espaço nacional, de outro, através da criação de outras escalas geográficas inferiores, com o auxílio da mesma relação cooperativa concorrencial reproduzida no âmbito subnacional. Ou seja, como notou Brandão ([2009]),

além de ser espaço de acumulação sob condições institucionais dadas, a escala nacional é historicamente fixada e politicamente criada e legitimada, ao resguardar, amparar e abrigar agentes e sujeitos históricos 'territorializados'/ localizados que são submetidos a normas, regras e parâmetros que estabelecem um contraponto frente aos interesses externos, logrando projetar, via coordenação do Estado, trajetórias de crescimento dotadas de maior ou menor soberania para engendrar horizontes de alternativas de desenvolvimento.

Nos termos até aqui expostos, fica evidente que a materialidade da escala espacial deriva do Estado e se referencia igualmente à forma de organização territorial desse poder estatal, que pode estar mais ou menos centralizado na esfera nacional, de acordo com circunstâncias claramente cambiantes. Há dois aspectos nessa afirmação que precisam ser aclarados: a) a noção de que é o Estado que dá concretude à escala espacial, e b) o entendimento de que a distribuição territorial do poder estatal é instável, modificando-se no tempo – é ciente desta não rigidez, vale sublinhar, que Brandão ([2009]) sustenta, na citação acima, que as trajetórias de crescimento coordenadas pelo Estado podem ser “dotadas de maior ou menor soberania”.

Essas duas ideias, em verdade, estão estreitamente relacionadas entre si na formulação neilsmithiana. Como foi explicado, a necessidade de ordenar a competição leva os capitais a se conglomerar cooperativamente na busca da constituição de elementos materiais e imateriais decisivos para a concorrência a que são impelidos continuamente no bojo do processo de reprodução ampliada. Os mencionados elementos materiais e imateriais, que forjam a escala geográfica de operação do capital, redundam num arranjo “político-institucional-militar” que é corporificado no Estado nacional. Sob tal perspectiva, o formato e o conteúdo de tal arcabouço “político-institucional-militar” vai estar sob a influência da contraditória relação cooperativa concorrencial firmada pelos capitais. Assim, como postula Neil Smith em diversos de

seus escritos,¹² a escala espacial é uma “solução geográfica” de processos sociais contraditórios de cooperação mútua e de competição. Ocorre que os processos cooperativos concorrenciais são mutáveis, produzindo combinações diferenciadas, requerendo, portanto, soluções geográficas igualmente distintas em cada contexto específico, com o que as escalas espaciais passam a ser frequentemente redesenhadas.

A adaptabilidade da geografia do capitalismo, que é submetida a reordenamentos periódicos, foi também enfatizada por Harvey (1990, 2005a, 2005b, 2011), que demonstrou como as inescapáveis e sucessivas crises de sobreacumulação exigem e engendram ajustes espaço-temporais regulares, com a finalidade de constituir condições para a absorção dos excedentes de capital e força de trabalho que são inevitavelmente gerados no âmbito da reprodução ampliada do sistema. Tais ajustamentos se expressam em vigorosas reestruturações territoriais, que se dão, por exemplo, através da incorporação de novas localidades e do abandono de outras. Traduzem-se, igualmente, pelo deslocamento temporal daquelas massas de capital e mão de obra tornadas redundantes e sem proveito lucrativo imediato, através do sistema de crédito, que, por intermédio de diversos instrumentos e inovações financeiras (ações, debêntures, derivativos, títulos de dívida pública e privada, etc.), cumpre a função crucial de permitir a transferência desses excedentes da produção corrente para a alocação em outros investimentos e projetos de longa maturação, como infraestruturas econômicas e sociais mobilizadas na própria acumulação de capital.

O ponto importante a ser sublinhado é essa espacialidade até certo ponto fluida, porque contraditoriamente acomodatória. De modo mais claro, mudanças no padrão de acumulação do capital implicam novas formas de competição e de associação cooperativa, resultando em alterações correspondentes no arranjo “político-institucional-militar” corporificado no Estado, reconfigurando as escalas espaciais.¹³ Um padrão de acumulação de capital progressivamente internacionalizado e financeirizado, por exemplo, definirá parâmetros para a cooperação e competição intercapitalista bem distintos daqueles vigentes num contexto mais regulado e introvertido do ciclo de reprodução ampliada do capital, exigindo que o ordenamento escalar anterior se ajuste necessariamente às transformações observadas. É tendo isso em conta que Smith e Dennis (1987, p.161) sustentam que

¹² Ver, entre outros textos, Smith (1992, 2004) e Smith e Dennis (1987).

¹³ Em sua análise das causas e das repercussões do desmoronamento do chamado “Estado do bem-estar social keynesiano”, Amim (1977) propõe uma análise explicativa de como são solucionadas as crises no capitalismo e chega a uma conclusão convergente: “cada fase de expansão caracteriza-se por um modelo particular de acumulação, um tipo de indústria motriz, um quadro específico que define modalidades de concorrência e o estatuto da empresa. Cada uma corresponde a uma certa etapa da expansão geográfica do sistema capitalista, a uma organização particular da especialização internacional neste quadro e, mais precisamente, a uma distribuição das funções de seu centro e de sua periferia e, finalmente, a um certo equilíbrio (ou desequilíbrio) entre os diferentes estados-nações centrais. Todo esse conjunto define o tipo de aliança de classes que corresponde ao modelo de acumulação e, através disso, o quadro da luta de classes e da vida política, bem como o modelo de produção da burguesia, complemento necessário da reprodução do capital” (AMIM, 1977, p.6).

[a] divisão dos Estados nacionais em regiões industriais e agrícolas especializadas foi a base da geografia comercial tradicional [...] mas foi uma realidade em desaparecimento na segunda metade do século XX. A recuperação da economia internacional após a Segunda Guerra Mundial trouxe tanto uma internacionalização dos mercados para muitos produtos e, eventualmente, a globalização de um leque crescente de processos de produção, tornando a escala nacional de produção e de organização econômica herdada cada vez mais obsoleta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição feita até aqui permitiu confrontar duas abordagens teóricas distintas de escala geográfica. Embora não sejam excludentes, é possível dizer que a formulação desenvolvida por Neil Smith contribui de maneira muito mais compreensiva para avançar no entendimento dos fatores complexos que condicionam as mudanças na forma de organização e atuação espacial do Estado capitalista, ao aventar uma correspondência bastante estreita entre o padrão de acumulação vigente e o escopo e alcance das escalas geográficas, ou, de outra maneira, os seus arranjos hierárquicos cambiantes.

Vale notar que a vertente perspectivista, a despeito da correta compreensão da complexidade espacial dos fenômenos sociais no capitalismo, que não estão aprisionados numa única escala e muito menos se manifestam com igual conteúdo em cada uma delas, não consegue empreender a crítica necessária à visão dominante no âmbito do debate regional, cuja ênfase tem recaído, como se sabe, na valorização das escalas inferiores e derivado modelos que privilegiam a junção direta entre estas e a escala global, explicitando, com isso, uma suposta obsolescência irreversível da escala intermediária – a nacional.

Isto decorre, como foi dito, da ideia basilar que sedimenta a abordagem perspectivista, segundo a qual não existe uma escala superior à outra, sendo todas de idêntico valor, mas somente revelando especificidades distintas dos fenômenos socioespaciais nelas patenteadas. Nesses termos, implica um indeterminismo no que toca ao poder diferenciado das escalas, corroborando, em grande medida, o discurso localista corrente. Afinal, sob esse prisma perspectivista, seguindo Vainer (2006), se o poder está distribuído simetricamente pelas escalas, o poder não está em nenhuma delas e está em todas ao mesmo tempo, de modo que o horizonte de operação de cada escala é equalizado, sancionando os “localismos” reinantes e apontando alternativas que busquem conciliar, indistintivamente, ações do tipo “*top-down*” e “*bottom-up*”, como na proposição de Fernández ([2009]).

A abordagem neilsmithiana, por outra parte, reconhece a multiescalaridade dos fenômenos socioespaciais sem descuidar a supremacia que a escala nacional, corporificada no Estado, assume no capitalismo desde a sua origem, oferecendo, assim, um caminho analítico para que sejam avaliados os complexos fatores que determinam a constante redefinição da escala deste mesmo poder estatal e da própria espacialidade do capitalismo – dois elementos que estão indelevelmente associados.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S. Uma crise estrutural. In: AMIN, S. (Coord.). **A crise do imperialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. p.5-44.
- BRANDÃO, C. **Produção social do ambiente construído e suas escalas espaciais**: apontamentos para uma teorização sobre ações e decisões de sujeitos concretos. [S.l.: s.n.], [2009]. mimeo.
- BRENNER, N. Open questions on state rescaling. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, Oxford: Oxford University Press, v.2, n.1, p.123-139, 2009.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.117-140.
- CHUECA, P. R.; ZOTANO, J. G.; SALA, D. A. Región, comarca, lugar: escalas de referencia en la metodología del paisaje. **Cuadernos Geográficos**, Granada: Universidad de Granada, n.43, p.227-255, 2008.
- CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.279-317.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes locais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p.41-51.
- CORRÊA, R. L. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território**, Rio de Janeiro, Ano 7, n.11, 12 e 13, p.133-136, 2003.
- CRUZ, S. C. V. **Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política no Brasil nos anos 80**. Rio de Janeiro: Relumê Damará; Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- DELANEY, D.; LEITNER, H. The political construction of scale. **Political Geography**, Oxford: Butterworth-Heinemann, v.16, n.2, p.93-97, 1997.
- FERNÁNDEZ, V. R. **Desarrollo regional bajo transformaciones transescalares ¿Por qué y cómo recuperar la escala nacional?** [S.l.: s.n.], [2009]. mimeo.
- FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. **Economia espacial – urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. São Paulo: Futura, 2002.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.
- HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HARVEY, D. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. **Lutas Sociais**, São Paulo: PUC-SP, v.13/14, p.9-21, 2005b.

- HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LENIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2008.
- MARSTON, S. A.; JONES III, J. P.; WOODWARD, K. Human geography without scale. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, v.30, n.4, p.416-432, 2005.
- MARX, K. **O Capital – crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro 2.
- MARX, K. **O Capital – crítica da economia política**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996. Livro 1, v.2
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- SMITH, N. Contours of a spatialized politics: homeless vehicles and the production of geographical scale. **Social Text**, Durham: Duke University Press, n. 33, p.54-81, 1992.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SMITH, N. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Ano 18, n19, p.127-145, 2002.
- SMITH, N. Geografías perdidas y globalizaciones fracasadas. De Versalles a Irak. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, n.4, p.19-41, 2004.
- SMITH, N.; DENNIS, W. The restructuring of geographical scale: coalescence and fragmentation of the northern core region. **Economic Geography**, Worcester: Clark University, v.63, n.2, p.160-182, 1987.
- SPÓSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p.123-145.
- VAINER, C. B. Lugar, região, nação, mundo – explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo: ANPUR, v.8, n.2, p.9-29, 2006.